



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1857909 - SC (2020/0009703-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
RECORRIDO : CLEONICE LEIDA BECK ANCHIETTA VIEIRA  
ADVOGADO : FABIANO FRETTE DA ROSA E OUTRO(S) - SC014289

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social** - INSS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 333/334):

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. TETOS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. AJG. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO *JURIS TANTUM*. VENCIMENTOS COMPATÍVEIS COM O BENEFÍCIO. CONCESSÃO. COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. RELAÇÕES DISTINTAS. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO NO PONTO. BENEFÍCIO ANTERIOR À CF/88. POSSIBILIDADE DE REVISÃO. CONECTIVOS LEGAIS. DIFERIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Para o deferimento da assistência judiciária gratuita, basta a mera declaração da parte de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/2015. In casu, ademais, os rendimentos auferidos corroboram a alegada hipossuficiência financeira.
2. As relações jurídicas estabelecidas entre o segurado e o INSS, e entre aquele e a entidade de previdência complementar da qual seja beneficiário, são distintas e independentes entre si, devendo cada uma das entidades previdenciárias (INSS e complementadora) arcar, na sua proporção, com os valores devidos do benefício. Outrossim, não é possível o abatimento dos valores recebidos a título de previdência complementar do montante devido pelo INSS em eventual revisão judicial de benefício previdenciário.
3. Não caracterizada a tríplice identidade exigida pelo art. 337 do CPC, não se pode acolher a alegação de coisa julgada.
4. Na hipótese, não incide a decadência ou a prescrição de fundo do direito, uma vez que o prazo extintivo de todo e qualquer direito ou ação previsto no art. 103, caput, da Lei 8.213/91 somente se aplica à revisão de ato de concessão do benefício.
5. Diante da anuência do segurado ao termo inicial da contagem da prescrição defendido pelo INSS, deve ser homologada a transação celebrada entre as partes, determinando-se que a prescrição quinquenal seja computada a partir da data de ajuizamento do feito.
6. Fixado pelo Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o

limitador (teto do salário de contribuição) é elemento externo à estrutura jurídica dos benefícios previdenciários, tem-se que o valor apurado para o salário de benefício integra-se ao patrimônio jurídico do segurado, razão pela qual todo o excesso não aproveitado em razão da restrição poderá ser utilizado sempre que alterado o teto, adequando-se ao novo limite. Em outras palavras, o salário de benefício, expressão do aporte contributivo do segurado, será sempre a base de cálculo da renda mensal a ser percebida em cada competência, respeitado o limite máximo do salário de contribuição então vigente. Isto significa que, elevado o teto do salário de contribuição sem que tenha havido reajuste das prestações previdenciárias (como no caso das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003), ou reajustado em percentual superior ao concedido àquelas, o benefício recupera o que normalmente receberia se o teto à época fosse outro, isto é, sempre que alterado o valor do limitador previdenciário, haverá a possibilidade de o segurado adequar o valor de seu benefício ao novo teto constitucional, recuperando o valor perdido em virtude do limitador anterior, pois coerente com as contribuições efetivamente pagas.

7. Entendimento que também se aplica aos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação

previdenciária também estabelecia tetos a serem respeitados, no caso o menor

e o maior valor teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (arts. 21 e 23 da CLPS/84, arts. 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).

8. O art. 58/ADCT deve ser aplicado utilizando-se a média dos salários de contribuição, sem a incidência de limitadores, que deverão incidir

apenas por ocasião do pagamento, em cada competência (tetos e coeficiente de cálculo do benefício).

9. Em duas hipóteses o entendimento consagrado na Suprema Corte poderá ser aplicado para recompor tais benefícios em razão de excessos não aproveitados: (1) quando o salário de benefício tenha sofrido limitação mediante a incidência do menor valor teto e (2) quando, mesmo não tendo havido essa limitação, a média dos salários de contribuição recomposta através do art. 58/ADCT alcançar, em dezembro/91, valor igual ou maior que o teto do salário de contribuição então vigente, situação em que haverá excesso a ser considerado nos reajustes subsequentes, pois, em janeiro/92, considerando que benefícios e teto do salário de contribuição do mês anterior receberam o mesmo índice de reajuste, fatalmente terá havido glosa por parte da autarquia previdenciária por ocasião do pagamento ao segurado/beneficiário, com reflexos que perduram até os dias atuais.

10. Deliberação sobre índices de correção monetária e taxas de juros diferida para a fase de cumprimento de sentença, a iniciar-se com a observância dos critérios da Lei nº 11.960/2009.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 360).

Aponta o recorrente violação aos arts. 485, VI, 876, 884 e 885 do CC, na medida em que "o respeitável acórdão recorrido, por unanimidade, decidiu que há interesse processual do segurado na revisão, com o pagamento das diferenças devidas, do benefício previdenciário que é complementado por entidade de previdência complementar" (fl. 367).

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões ao recuso

especial, conforme petição de fls. 382/388.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO**

A irresignação não comporta acolhida.

Isso porque, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, "Não cabe, porém, discutir a relação jurídica contratual, de índole privada, no âmbito do debate sobre a revisão do benefício previdenciário" (fl.355), o que, por si só, mantém incólume o julgado combatido.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do *decisum* contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido. Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, a irresignação esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: AgRg no REsp 1.326.913/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; EDcl no AREsp 36.318/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.  
Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina  
Relator